

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

153 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 13 a 17/02/2023

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	1
Debate sobre um ano de guerra na Ucrânia	1
Novo organismo europeu independente de ética	1
BCE	3
Fit for 55 - zero emissões CO2	3
Participação nas eleições	3
Planos nacionais e REPowerEU	3
Nova subcomissão no PE	4
Outros debates	4
2. PREVISÕES ECONÓMICAS DE INVERNO	4
3. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - PAINÉIS DE CIDADÃOS	5
4. UCRÂNIA	6
Reunião dos Ministros da Defesa da NATO	6
Assembleia parlamentar da OSCE	6
5. REUNIÃO COMISSÁRIO NICOLAS SCHMIT NA AR	7
6. COMISSÃO EUROPEIA PACTO ECOLÓGICO: EMISSÕES NULAS	7
7. COMISSÃO EUROPEIA PFIZER	8
8. PROCEDIMENTOS DE INFRAÇÃO - PORTUGAL	8
9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Eurogrupo	8
Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	8
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9
11. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	9

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE ¹

Debate sobre um ano de guerra na Ucrânia

Teve lugar um debate sobre *“Um ano de invasão e da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia”*, que está disponível [aqui](#). Em nome do Conselho, o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança Josep BORRELL (falando na qualidade de Presidente do Conselho dos Negócios Estrangeiros), referiu que (intervenção inicial [aqui](#)) prestar apoio militar à Ucrânia não é incompatível com a busca da paz e da diplomacia. Instou, argumentando que *“para alcançar a paz, a guerra tem de ser ganha”*, todos os Estados-Membros da UE a enviar tanques para a Ucrânia, pedindo ao Secretário-Geral da NATO que iniciasse um processo de mediação. Por outro lado, sublinhou que as sanções da UE começam agora a ter um impacto significativo na Rússia, descrevendo-as *“como um veneno lento mas irreversível”*. Finalmente, referiu que é essencial reduzir ainda mais as dependências da Rússia e reforçar as capacidades de defesa da Europa.

Em nome da Comissão Europeia, a Presidente Ursula von der Leyen (intervenção [aqui](#)), recordou as três principais vertentes da ação da UE, nomeadamente o apoio inabalável à Ucrânia, minando a máquina de guerra da Rússia e abrindo o caminho de adesão à UE à Ucrânia. Por outro lado, salientou que, apesar da guerra, a Ucrânia está a fazer progressos no processo de adesão à UE baseado no mérito e a implementar as reformas relevantes, referindo que esperava ver representantes ucranianos a sentarem-se no hemiciclo do PE. Finalmente, sublinhou que o recentemente proposto décimo pacote de sanções valerá 11 mil milhões de euros e, pela primeira vez, também visará os atores iranianos que contribuem para o esforço de guerra da Rússia.

Após o debate, foi [aprovada uma resolução](#) (444 votos a favor, 26 contra e 37 abstenções, disponível [aqui](#)), em que o PE solicita que se considere seriamente a entrega de caças, helicópteros, sistemas de mísseis apropriados e um aumento substancial de munições para a Ucrânia. A resolução afirma que a Ucrânia não deve apenas ser capaz de se defender, mas também recuperar o controlo total de todo o seu território reconhecido internacionalmente. Por outro lado, apela-se aos Estados-Membros que adotem o décimo pacote de sanções contra a Rússia e os seus aliados até ao final de fevereiro e que ampliem substancialmente o seu âmbito. Exige-se, ainda, que o quadro legal que permite o confisco de ativos russos congelados pela UE seja concluído, de modo a que esses ativos possam então ser usados para reconstruir a Ucrânia e compensar as vítimas da guerra.

Finalmente, o PE sublinha ainda que a guerra de agressão russa mudou fundamentalmente a situação geopolítica na Europa, *“o que exige decisões políticas, de segurança e financeiras ousadas, corajosas e abrangentes por parte da UE”*. Neste contexto, os Deputados reiteram o seu apoio à decisão do Conselho Europeu de conceder o estatuto de candidato à UE à Ucrânia em junho de 2022 e solicitam à Ucrânia, à Comissão e ao Conselho que trabalhem para o início das negociações de adesão este ano, enfatizando que o processo deverá ser baseado no mérito, com respeito pelos procedimentos relevantes e critérios de condicionalidade.

Novo organismo europeu independente de ética

Teve lugar um debate (disponível [aqui](#)) com o Conselho e com a Comissão Europeia sobre o pedido do PE no sentido da **criação de um organismo de ética independente para as instituições da UE**. Recorde-se que, numa [resolução](#) adotada apenas alguns dias após a revelação de alegações de corrupção, em dezembro de 2022, o PE reiterou o seu apelo à Comissão para que crie um organismo independente de ética para acompanhar todas as instituições europeias. Os deputados apelaram pela primeira vez à Comissão para que apresentasse uma proposta em setembro de 2021, a fim de melhorar a transparência e a integridade na tomada de decisões a nível da UE. Este organismo visa garantir que as decisões públicas sejam tomadas *«tendo em vista o bem comum e a confiança dos cidadãos nas instituições da UE»* e será estabelecido através de um acordo interinstitucional (AII) entre o Parlamento e a Comissão e aberto a todas as instituições, agências e organismos da UE, com poderes

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE

para investigar ou aconselhar consoante a questão em causa. A Comissão comprometeu-se a apresentar uma proposta *"politicamente viável mas significativa"* em março de 2023.

Este debate em plenário relacionou-se também com outros dois relativos ao **escândalo da corrupção sobre o financiamento da UE atribuído às ONG** incriminadas nas recentes revelações de corrupção e sobre as **medidas solicitadas pelo Parlamento para reforçar a integridade das instituições europeias**.

Em nome do Conselho, a Ministra sueca Jessika Roswall sublinhou a disponibilidade desta instituição para discutir como melhor assegurar os mais elevados padrões éticos e de transparência em todas as instituições da UE, e declarou que o Conselho está pronto a examinar qualquer proposta que a Comissão possa apresentar sobre um órgão de ética da UE. Por outro lado, observou que um Organismo de Ética da UE deve respeitar as particularidades de cada instituição previstas pelos Tratados e evitar qualquer duplicação com o trabalho realizado pelos organismos existentes que lidam com questões éticas.

Em nome da Comissão, a Vice-Presidente Věra Jourová reconheceu que, embora a maioria das instituições da UE já disponha de um quadro sobre normas éticas, existirá mérito em desenvolver um conjunto comum de normas éticas seguindo o exemplo do acordo interinstitucional de 2021 sobre o Registo de Transparência. Assim sendo, a Comissão apresentará em março uma proposta aberta *"para consultas interinstitucionais"* com todas as instituições da UE enumeradas no artigo 13º do TUE (Parlamento Europeu, Conselho Europeu, Conselho, Comissão Europeia, Tribunal de Justiça da União Europeia, Banco Central Europeu, Tribunal de Contas), além do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões.

Tais consultas dirão respeito ao âmbito e às competências do órgão de ética, à sua composição, às questões administrativas e às finanças, e a proposta deverá respeitar as particularidades de cada uma das instituições e ser *"politicamente viável mas significativa e capaz de resolver questões"*, e não substituirá outros órgãos com poderes de investigação em matéria penal (como EPPO ou OLAF).

Num debate realizado no dia anterior (sobre medidas solicitadas pelo Parlamento para reforçar a integridade das instituições europeias), a Vice-Presidente Jourová mencionou três outras iniciativas da Comissão que serão apresentadas nos próximos meses: uma revisão das regras de transparência no trabalho da Comissão, do PE e do Conselho; uma estratégia anti-corrupção que inclua as instituições da UE; e um pacote democrático que abranja a interferência estrangeira (esta última possivelmente incluindo a sociedade civil/ONG).

Note-se que o PE aprovou, a 14 de fevereiro, um novo mandato para a atual Comissão Especial sobre interferência estrangeira em todos os processos democráticos na União Europeia, incluindo a desinformação (ING2), confiando-lhe a tarefa de identificar as lacunas nas regras do Parlamento em matéria de transparência, integridade, responsabilidade e anti-corrupção. O novo nome do ING2, refletindo o mandato alargado, será *"comissão especial sobre interferência estrangeira em todos os processos democráticos na União Europeia, incluindo a desinformação, e o reforço da integridade, transparência e responsabilidade no Parlamento Europeu"*. Embora tal não conste desta decisão, a ING2 irá provavelmente assumir a liderança do processo legislativo para a criação do Organismo de Ética da UE.

A 16 de fevereiro, foi [aprovada uma resolução](#) (388 votos a favor, 72 contra, e 76 abstenções) referindo-se a todas as "medidas pós-Qatargate" e dando seguimento a esses três debates relacionados. O PE identifica as áreas onde são necessárias melhorias adicionais, a saber:

- melhor implementação do [Código de Conduta dos Deputados](#), incluindo sanções financeiras em caso de violação, a introdução de mais atividades sancionáveis e a proibição de quaisquer atividades remuneradas que possam criar um conflito de interesses o mandato de eurodeputado;
- um processo de aprovação de viagens pagas por países terceiros e um controlo adicional para os assistentes dos eurodeputados e pessoal do Parlamento que trabalhem em domínios políticos sensíveis, particularmente em matéria de negócios estrangeiros, segurança e defesa;

- o Comité Consultivo para a Conduta dos Deputados deve ser reformado para substituir o Órgão de Ética independente da UE até que este esteja em funções;
- declarações de património dos eurodeputados no início e no fim de cada mandato;
- recursos adequados para o [Registo de Transparência](#) e a obrigação dos eurodeputados, mas também do seu pessoal e dos funcionários do Parlamento declararem reuniões de trabalho com diplomatas de países terceiros, em que estes possam ter um papel ativo e ter imediata influência na atividade do Parlamento, exceto quando tal possa colocar em perigo os envolvidos ou prejudicar o interesse público;
- as regras internas devem ser alinhadas com a [Diretiva relativa à denúncia de irregularidades](#); e
- as medidas tomadas relativamente aos representantes do Qatar devem ser alargadas às de Marrocos.

BCE

Foram adotadas as [recomendações anuais do PE ao Banco Central Europeu](#), após o debate com a presidente Christine Lagarde, tendo este sido focado na inflação, revisão da governação económica, alterações climáticas e relação com a política monetária e necessidade de acompanhamento dos outros objetivos do BCE como as atividades para proteção da estabilidade dos preços contra as alterações climáticas e tornar a economia mais tecnológica.

Fit for 55 - zero emissões CO2

O PE aprovou os mais [recentes objetivos de redução das emissões de CO2 para os novos automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros que integram o pacote Fit for 55 \(Objetivo 55\)](#). A nova legislação prevê para a frota da União uma redução em 100% das emissões de CO2 produzidas pelos novos carros e furgonetas relativamente a 2021. Os objetivos intermédios de redução das emissões para 2030 são fixados em 55 % para os automóveis de passageiros e em 50 % para os veículos comerciais ligeiros.

Participação nas eleições

O PE adotou [duas propostas sobre os direitos eleitorais dos cidadãos da UE residentes noutro Estado-Membro relativamente às eleições europeias e autárquicas](#), solicitando a supressão das disposições de «derrogação» que permitem que um Estado-Membro restrinja os direitos eleitorais dos nacionais de outros países da UE quando estes representam mais de 20% de todos os cidadãos da UE que residem no seu território, assim como a possibilidade de reservar posições de topo da administração local para os seus próprios nacionais. Os deputados exigiram ainda regras vinculativas sobre os sistemas para inscrever proativamente os eleitores, logo que um cidadão se registre como residente noutro país da UE, informações relativas aos direitos eleitorais e aos prazos para os residentes da UE recentemente registados numa língua oficial da UE em que comuniquem, e a aplicação de normas idênticas a todos os cidadãos da UE (quer sejam nacionais do país ou de outro Estado-Membro) que pretendam candidatar-se às eleições.

Planos nacionais e REPowerEU

Foi [confirmado o acordo](#) alcançado com o Conselho sobre a possibilidade de os Estados-Membros que se candidatarem a receber fundos adicionais através de alterações ao [plano de recuperação e resiliência](#) terem de incluir medidas destinadas a poupar energia, a produzir energia limpa e a diversificar o aprovisionamento energético, tal como previsto no plano [REPowerEU](#) da UE. As novas regras abrangerão medidas com efeitos retroativos a partir de 1 de fevereiro de 2022, com algumas exceções pontuais. Os Estados-Membros deverão afetar, pelo menos, 30% das suas despesas ao abrigo do REPowerEU a medidas plurinacionais, garantindo-se que dos 20 mil milhões de euros adicionais em subsídios propostos pela Comissão, 8 mil milhões resultam de um anterior leilão de atribuição de licenças de emissão ao abrigo do [Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE](#) (CELE), enquanto 12 mil milhões têm origem no [Fundo de Inovação](#)

Nova subcomissão no PE

Os deputados acordaram a criação de uma [subcomissão permanente da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar \(ENVI\) dedicada à Saúde Pública](#). Esta subcomissão será composta por 30 membros e tratará de programas e ações específicas no domínio da saúde pública, produtos farmacêuticos e cosméticos, aspetos sanitários do bioterrorismo, Agência Europeia de Medicamentos, Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças, embora a Comissão ENVI continue responsável pela apreciação e votação das propostas legislativas.

Outros debates

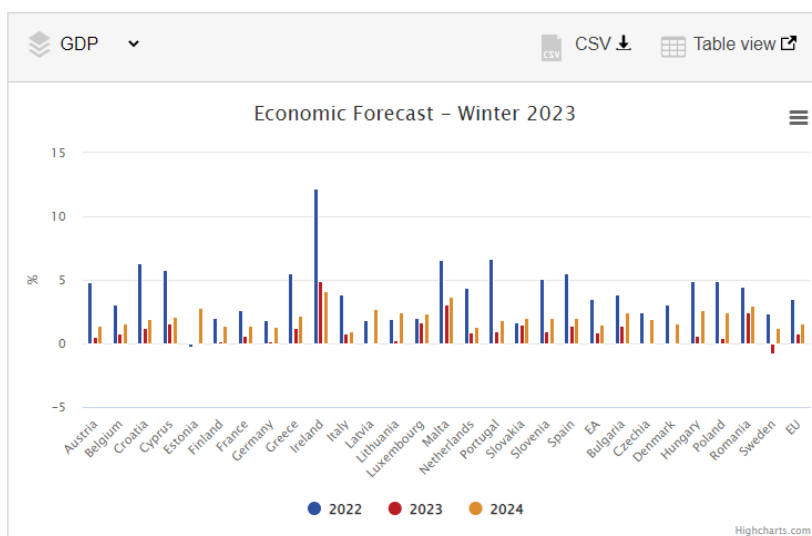
- [This is Europe: Presidente da Letónia](#)
- [Disponibilidade de acessibilidade de adubos](#)
- [Plano Industrial do Pacto Ecológico: liderança tecnológica](#)
- [Semicondutores: indústria de chips da UE](#)
- [Ratificação da Convenção de Istambul](#)

O *think-tank* do PE disponibilizou uma síntese analítica desta sessão plenária, disponível [aqui](#).

2. PREVISÕES ECONÓMICAS DE INVERNO

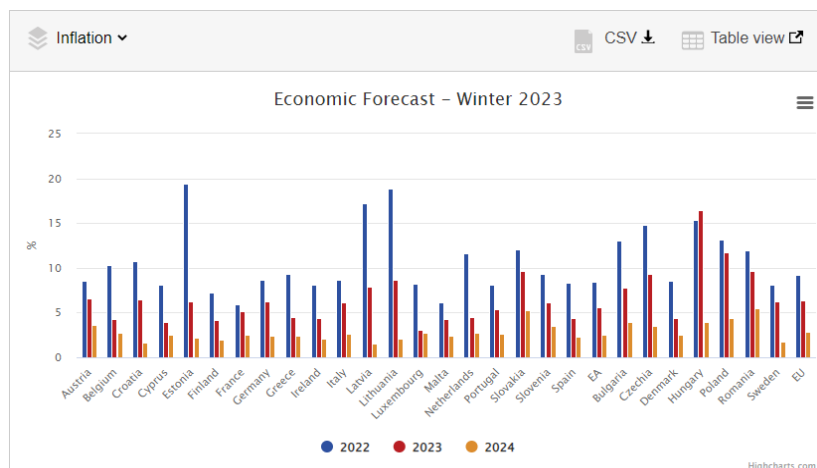
De acordo com as [previsões económicas de inverno](#) publicadas esta semana pela Comissão Europeia, quase um ano após o início da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, a economia da UE entrou em 2023 em melhores condições do que o previsto no outono, apontando as previsões intercalares do inverno para perspetivas de crescimento para este ano de 0,8% na UE e de 0,9% na área do euro. Prevê-se que a recessão técnica anunciada para o final do ano seja evitada, por pouco, na UE e na área do euro e são revistas em baixa as perspetivas de inflação, tanto para 2023 como para 2024.

Assim, após uma expansão robusta no primeiro semestre de 2022, a dinâmica do crescimento registou um abrandamento no terceiro trimestre, embora ligeiramente inferior às previsões. Prevê-se uma taxa de crescimento anual para 2022 de 3,5%, tanto na UE como na área do euro. A taxa de crescimento para 2024, de 1,6% na UE e 1,5% na área do euro, permanece inalterada. No final do horizonte de previsão, o volume da produção deverá ser quase 1% superior ao projetado nas previsões do outono. Destaca-se ainda que se manteve o bom desempenho do mercado de trabalho da UE, permanecendo a taxa de desemprego no mínimo histórico de 6,1% até ao final de 2022.



Fonte: https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-forecast-and-surveys/economic-forecasts/winter-2023-economic-forecast-eu-economy-set-avoid-recession-headwinds-persist_en

No que se refere à inflação, sugere-se que o pico já foi ultrapassado, tal como previsto no outono. Depois de atingir um máximo histórico de 10,6% em outubro, a inflação diminuiu, com a estimativa rápida de janeiro a descer para 8,5% na área do euro, descida impulsionada pela queda da inflação dos preços da energia. As previsões foram assim revistas em baixa: na UE, prevê-se que a inflação global desça de 9,2% em 2022 para 6,4% e 2,8%, em 2023 e em 2024, respetivamente. Na área do euro, deverá desacelerar de 8,4% em 2022 para 5,6% e 2,5%, em 2023 e 2024.



Fonte: https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-forecast-and-surveys/economic-forecasts/winter-2023-economic-forecast-eu-economy-set-avoid-recession-headwinds-persist_en

Relativamente aos riscos sobre as perspectivas económicas, estes afiguram-se mais equilibrados, com a procura interna a poder ser superior à projetada, se as recentes descidas dos preços grossistas do gás se repercutirem mais fortemente nos preços no consumidor e o consumo se revelar mais resiliente. A procura externa poderá também revelar-se mais robusta na sequência da reabertura da China, o que, no entanto, poderá agravar a inflação mundial. Os riscos que pesam sobre a inflação continuam a estar, em grande medida, relacionados com a evolução dos mercados da energia, à semelhança de alguns dos riscos identificados respeitantes ao crescimento.

3. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - PAINÉIS DE CIDADÃOS

A Comissão Europeia acolheu em Bruxelas, nos dias 10, 11 e 12 de fevereiro, a [sessão de encerramento do primeiro Painele de Cidadãos Europeus](#), que permitiu aos cidadãos darem o seu contributo sobre a redução do desperdício alimentar na UE. Este foi o primeiro da nova geração de Painéis de Cidadãos lançada no seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa e que permite manter a prática participativa no processo de elaboração das políticas da UE em determinadas áreas.

A redução de resíduos, e sobretudo resíduos alimentares, é matéria objeto de uma proposta incluída no [Programa de Trabalho da Comissão para 2023](#) e conta agora com [23 recomendações](#) apresentadas por este painel, composto por 150 cidadãos selecionados aleatoriamente, e que visam reduzir os resíduos alimentares encorajando iniciativas relevantes na indústria alimentar e apoiando a mudança de comportamento dos consumidores.

Encontra-se disponível um [resumo dos trabalhos realizados por este painel](#), assim como informações gerais sobre a constituição de [outros painéis de cidadãos](#).

4. UCRÂNIA

Reunião dos Ministros da Defesa da NATO

Realizou-se, a 15 de fevereiro, uma reunião dos Ministros da Defesa da NATO, em que o tema central foi o apoio da Aliança à defesa da Ucrânia contra a agressão da Rússia. O detalhe da reunião está disponível [aqui](#), bem como a conferência de imprensa ([aqui](#)) e a síntese respetiva nesta [ligação](#).

Na véspera, os Aliados reuniram-se com o Ministro da Defesa ucraniano Oleksii Reznikov para discutir a situação no terreno e as necessidades militares mais urgentes da Ucrânia. Destacando aquilo que se considera ser a janela de oportunidade da Ucrânia para fazer pender o equilíbrio da guerra, o Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, saudou as promessas de apoio feitas pelos Aliados da NATO à Ucrânia, incluindo mais armas pesadas e treino militar. Agradeceu também aos Aliados pelas suas contribuições significativas para o Pacote de Assistência Integral da NATO, que está a fornecer à Ucrânia alimentos, combustível, equipamento médico de combate à seca e pontes anfíbias. Os ministros concordaram também em intensificar o apoio a outros parceiros em risco, como a Bósnia e Herzegovina, Geórgia e Moldávia.

Jens Stoltenberg referiu ainda que a aprovação de novas orientações para o planeamento da defesa da Aliança NATO *“reflete a realidade de que vivemos num mundo mais perigoso. Com o comportamento agressivo da Rússia, a ameaça persistente do terrorismo, e os desafios colocados pela China. Esta situação irá impulsionar as mudanças de capacidade para os anos vindouros. E assegurar que a nossa dissuasão e defesa permaneçam fortes e credíveis”*. Os ministros também abordaram formas de aumentar a capacidade industrial e reabastecer as reservas de armamento e munições, que são mais solicitadas do que nunca, dado o apoio sem precedentes dos Aliados à Ucrânia.

Recorde-se que o fornecimento de armas à Ucrânia tem sido uma das questões centrais na atualidade da UE e da NATO nos últimos meses, como se detalha nesta [análise](#) do *Político*.

Assembleia parlamentar da OSCE

A Ucrânia anunciou que não se fará representar na [sessão de inverno da Assembleia Parlamentar da OSCE](#) (*Organization for Security and Co-operation in Europe*), prevista para os dias 23 e 24 de fevereiro (dia que coincide com o aniversário da invasão russa da Ucrânia), pelo facto de as autoridades austríacas não se terem oposto à emissão de vistos para os representantes parlamentares da Federação Russa.

O Presidente do Parlamento ucraniano, Ruslan Stefanchuk, anunciou esta posição no Twitter, tendo a mesma sido transmitida oficialmente pela líder da delegação ucraniana, Mykyta Poturayev, à Presidente da Assembleia Parlamentar da OSCE, Margareta Cederfelt. Nessa missiva, e segundo os [relatos](#) existentes, Poturayev afirmou que a delegação russa utilizaria o evento para *“justificar a agressão contra a Ucrânia”* e *“branquear crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos contra ucranianos”*.



O Ministro dos Negócios Estrangeiros austríaco, Alexander Schallenberg, defendeu a participação de delegados russos na reunião da OSCE, após parlamentares de 20 países da OSCE terem instado o governo a proibir a

presença de diplomatas russos. Nas suas declarações, referiu que cada relação e cada conversa com a Rússia seria difícil, *"mas temos de permanecer em diálogo"*, disse ele, *"porque em algum momento, esperemos, a diplomacia voltará a ter espaço"*.

Entre os países que apelaram à Áustria para impedir a entrada de funcionários russos no país, a Lituânia ameaçou mesmo boicotar a reunião se a Áustria não considerasse sequer o apelo. A líder da delegação lituana, Vilija Aleknaitė-Abramikienė, referiu que *"A nossa delegação provavelmente não poderá lá ir e sentar-se na mesma sala com as pessoas que deveriam estar perante um tribunal militar especial porque essas pessoas são diretamente responsáveis pelo início da guerra"*.

5. REUNIÃO COMISSÁRIO NICOLAS SCHMIT NA AR

A [Comissão de Assuntos Europeus e a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão reuniram esta quinta-feira, na Assembleia da República, com o Comissário Europeu Nicolas Schmit, responsável pela pasta do emprego e direitos sociais](#). O Comissário referiu que a Cimeira Social do Porto foi um marco na área dos direitos sociais e na evolução da implementação do pilar europeu dos direitos sociais, congratulando Portugal pela sua atuação no âmbito da receção dos migrantes ucranianos, das medidas tomadas para combater a crise e a inflação, assim como as políticas relativas a uma economia mais verde e energias renováveis. Elogiou ainda o Plano de Recuperação e Resiliência português e o seu foco no investimento social, a economia em fase de transformação digital e as novas empresas nesta área, assim como as melhorias no mercado de trabalho e formação. Deu ainda nota da agenda social da Comissão Europeia, com enfoque nos trabalhos relativos ao salário mínimo, trabalhadores das plataformas, reforço do diálogo social, normas sobre o rendimento mínimo, estratégia para cuidados a longo prazo, destacando a importância da economia social.

Os membros das comissões parlamentares focaram o debate nas questões sobre os impactos da pandemia e concretização dos objetivos da Cimeira Social do Porto, a continuidade da realização do fórum social como consolidação do modelo social europeu e implementação do pilar europeu dos direitos sociais, a crise da habitação e que medidas podem ser tomadas, perspetivas da implementação do Plano de Recuperação e Resiliência, novas formas de trabalho, inclusão dos jovens e mulheres no mercado de trabalho, trabalhadores das plataformas e regulação da sua proteção social, migração e conexão com o mercado de trabalho, medidas concretas sobre o aumento salarial e a crise energética. O vídeo da reunião encontra-se disponível [aqui](#).

6. COMISSÃO EUROPEIA | PACTO ECOLÓGICO: EMISSÕES NULAS

A Comissão Europeia propôs [novas metas de emissões de CO2 para os veículos pesados novos a partir de 2030](#), procurando reduzir as emissões de CO2 no setor dos transportes, uma vez que os camiões, os autocarros urbanos e os autocarros de longo curso são responsáveis por mais de 6% do total das emissões de gases com efeito de estufa da UE e por mais de 25% das emissões do transporte rodoviário.

Foi assim [proposta](#) a introdução progressiva de normas de emissões de CO2 mais rigorosas para quase todos os veículos pesados novos com emissões de CO2 certificadas, comparativamente aos níveis de 2019, nomeadamente: redução de 45% das emissões a partir de 2030, 65% a partir de 2035 e 90% a partir de 2040. Propõe-se igualmente que todos os autocarros urbanos novos tenham emissões nulas a partir de 2030. Em conformidade com os objetivos do [Pacto Ecológico Europeu](#) e do [REPowerEU](#), procura-se gerar assim um impacto positivo na transição energética, ao reduzir a procura de combustíveis fósseis importados e ao aumentar a poupança de energia e a eficiência energética no setor dos transportes da UE, tratando-se de um setor fundamental para apoiar a indústria europeia de tecnologias limpas e impulsionar a competitividade internacional.

A secção de perguntas e respostas sobre o tema encontra-se disponível [aqui](#).

7. COMISSÃO EUROPEIA | PFIZER

Conforme demos nota nas sínteses n.º [108](#) e [129](#), em abril de 2021, o *New York Times* publicou um artigo no qual relatava que a Presidente da Comissão Europeia e o CEO da Pfizer tinham mantido contactos sobre a aquisição de vacinas COVID-19, o que levou um jornalista a solicitar acesso público a mensagens de texto e outros documentos relacionados com a troca.

O [jornal New York Times tentou agora uma ação em tribunal contra a Comissão Europeia pela não revelação das mensagens entre a Presidente da instituição, Ursula von der Leyen, e Albert Vourla, CEO da Pfizer, relativamente aos acordos de compra de vacinas contra a COVID-19](#), argumentando que a Comissão tem a obrigação legal de revelar essas mensagens, que podem conter informações sobre os negócios para aquisição de milhares de milhões de euros de vacinas. O *Político* analisa a situação [aqui](#).

8. PROCEDIMENTOS DE INFRAÇÃO - PORTUGAL

No [pacote de procedimentos de infração de fevereiro](#), a Comissão Europeia decidiu intentar uma [ação contra 11 Estados-Membros \(incluindo Portugal\) no Tribunal de Justiça da União Europeia](#) por não transposição integral das normas da UE sobre direitos de autor para o direito nacional ([Diretiva \(UE\) 2019/790](#) e [Diretiva \(UE\) 2019/789](#)). Foi ainda intentada, perante o Tribunal de Justiça, uma ação contra [Portugal, Croácia e Hungria por não aplicação das regras da UE relativas à promoção da utilização de energia de fontes renováveis na Europa](#). Nesta ação, a Comissão Europeia solicitou a imposição de sanções financeiras em conformidade com o artigo 260.º, n.º 3, do TFUE, por estes Estados-Membros não terem transposto para o direito nacional a [Diretiva \(UE\) 2018/2001 \(Diretiva Energias Renováveis\)](#). A Croácia, a Hungria e Portugal são os únicos Estados-Membros que ainda não comunicaram nenhum quadro de correspondência ou documento explicativo que especifique as medidas de transposição de cada disposição da diretiva.

Portugal recebeu ainda carta de notificação para cumprir relativamente à revisão dos planos de gestão de bacias hidrográficas exigida pela Diretiva-Quadro Água ([Diretiva 2000/60/CE](#)) e dos planos de gestão dos riscos de inundações exigida pela Diretiva Inundações ([Diretiva 2007/60/CE](#)), e parecer fundamentado no qual é solicitada a correta transposição para a legislação nacional da Diretiva Euratom Água Potável ([Diretiva 2013/51/Euratom do Conselho](#)).

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

O [Eurogrupo debateu](#) a evolução dos mercados de energia, após audição do diretor da [Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia](#) (ACER) da UE, assim como a [evolução dos mercados de trabalho da área do euro](#) nos anos mais recentes, os desafios políticos no atual contexto de elevada inflação e as alterações a longo prazo relacionadas com a demografia e as transições ecológica e digital. Tendo em conta as previsões de inverno da Comissão, o Eurogrupo fez também o balanço da evolução e das perspetivas macroeconómicas e financeiras e refletiu sobre as implicações para a coordenação das políticas na área do euro no futuro.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Foi feito um [ponto de situação das atuais propostas legislativas no âmbito dos serviços financeiros](#) por parte da Presidência, trocados pontos de vista sobre o impacto económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia, com especial atenção na aplicação e impacto das sanções adotadas, bem como sobre a análise da governação económica, na sequência da comunicação da Comissão sobre as orientações para uma reforma do quadro de governação económica da UE (espera-se que o Conselho ECOFIN de março seja mais uma

oportunidade para fazer avançar estes trabalhos). O Conselho procedeu também à [revisão da lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais](#).

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Não se encontram agendados trabalhos no Parlamento Europeu na próxima semana.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [22 de fevereiro](#), com destaque para o debate de orientação sobre competitividade.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 20.02: [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#)
- 21.02: [Conselho \(Assuntos Gerais\)](#)

11. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

No âmbito da sua dimensão parlamentar, a Presidência sueca do Conselho da UE organiza na próxima semana a Conferência Interparlamentar Digital dedicada ao tema *Bioeconomia Circular*. O programa da Conferência encontra-se disponível [aqui](#).

Bruxelas | 17 de fevereiro de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).